

HOMENAGEM AO MINISTRO EDUARDO RIBEIRO*

NILSON VITAL NAVES

Ministro Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Enobreceu-me a designação a mim feita por V. Exa., Sr. Presidente, para abrir os trabalhos de hoje em singela – mas gratificante – homenagem ao Ministro prestes a se aposentar.

Sr. Presidente Costa Leite, Sr. Ministro do Supremo Tribunal Nelson Jobim, Sra. Subprocuradora-Geral da República Yedda de Lourdes Pereira, Srs. Ministros, Srs. Advogados, Senhoras e Senhores.

Eventualmente, coube a mim, alguns dias atrás, num desses finais de tarde seca e fria de junho, encaminhar ao Executivo o anunciado pedido do Ministro Eduardo Ribeiro, em cujo requerimento já se assinalava e se requeria fosse o ato de sua aposentadoria publicado em 1º de agosto, data em que, após o período regular das férias, o Tribunal retomará, por inteiro, suas atividades. Certo que não quereríamos, mas a de hoje será a última sessão da Corte Especial em que tomará parte Eduardo.

Quando do meu despacho de encaminhamento do pedido, não é preciso dizer que procedia contrariamente às minhas pessoais convicções, totalmente a contragosto. Se lá competência e legitimidade tivesse eu, dúvida não tendo de que não me faltava interesse, teria, naquela ocasião, argüido alguma exceção, quem sabe, a de incompetência absoluta, ou a de suspeição, ou a de impedimento do próprio requerente; possivelmente, teria alegado coisa julgada, ou trazido à colação jurisprudência consolidada no sentido de que aqui, entre nós, não se aposenta voluntariamente, mas, apenas e só, compulsoriamente, admitindo-se, ainda e também, em casos excepcionais, a aposentadoria

* Corte Especial, 30.6.00.



após os 70 anos. Talvez tivesse eu ali interposto algum recurso, por exemplo, o de ofício, daqueles que dão nó-cego, desses que têm, mas justificável naquelas circunstâncias, o mal-apanhado dom de eternizar os processos.

Ao que se cuida, as lamentações não eram e não seriam somente minhas, indiscutivelmente são de toda a Casa, haja vista as expressivas manifestações, sem falar de outras bem anteriores acontecidas terça e quarta-feira na 3ª Turma e na 2ª Seção, órgãos julgadores a que Eduardo pertenceu desde a instalação do Superior Tribunal. Bem sei, por conseguinte, que gostaríamos, todos nós, fosse o pedido de aposentadoria obra de ficção, ou que o não-tão-bendito requerimento, infelizmente não argüido de nulo e porque não declarado inexistente, caísse em algum desvão e que ninguém soubesse o exato local do esconderijo, ou que o requerido ato não se realizasse, que se extinguisse o direito de praticá-lo. Sucede que toda essa elucubração é sonho, pois a melhor das indicações é a de que se trata de obra não-ficcional, que o ato que se requereu, conquanto diferido, realizar-se-á tal como assinalado. Portanto esta é a última sessão.

Mas hoje, no encerramento do semestre forense, Eduardo é juiz, como ainda o será por bom tempo. Não há de vir a pêlo o pretérito, salvo para dizer que ele não foi o perfeito juiz, mas, sim, para reconhecer, afirmar e divulgar que Eduardo é ou foi o mais-que-perfeito juiz, cuja carreira, proficiente e majestosa, iniciou como Juiz Substituto aqui no Distrito Federal, no ano de 1966. Foi, é e, virtualmente, será juiz, ainda que, futuramente, e tudo indica que sim, venha a ocupar outra tribuna, digamos, a destinada aos advogados. Isso porque, em sendo o advogado, diz o texto constitucional, indispensável à administração da justiça, somos, portanto, todos, juízes e advogados, responsáveis pela melhor das políticas, a política, segundo Couture, não “de governo, mas política da liberdade, do respeito à condição do homem”.

Antes de pessoalmente nos conhecermos, já havia sido apresentado a Eduardo pelos seus escritos, quando, recém-chegado eu a Brasília, li os seus comentários sobre o conceito de jurisdição publicados na Revista Forense. Integramos o Tribunal Federal de Recursos, ao qual chegamos quase ao mesmo tempo, e lá compomos, formada em 1987, na Presidência Gueiros, a Comissão encarregada de apresentar estudos e sugestões à Assembléia Nacional Constituinte.

Naquele período, de árduas e fatigantes atividades, com visitas e mais visitas a parlamentares, com escritos e mais escritos, valiosa e inestimável foi a colaboração de Eduardo, fornecendo sugestões, escrevendo e nos ajudando a redigir os casos de competência originária ordinária e especial, do que viria a ser a mais útil, a mais proveitosa e a mais benfazeja das instituições criadas pelos constituintes. Lembram! E como não haveríamos de nos lembrar, Eduardo, Patterson, Pádua Ribeiro, Costa Leite, Edson Vidigal e Garcia Vieira, daquela manhã dos idos de 1987, quando ouvimos, do relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo: Olhem!, dizia-nos ele, o Deputado Egídio, a minha idéia não é a da criação do Tribunal Superior Federal – que era a sugestão aprovada e encaminhada aos constituintes pelo Tribunal Federal de Recursos –, mas, continuava o relator, a minha idéia é a da criação do Superior Tribunal de Justiça. Bendita e sacrossanta idéia, sobre a qual, malgrado algumas resistências internas, depois vencidas, debruçamos-nos bravamente, diurna e noturnamente. Vejam quantas e quantas vezes a nossa comissão se reuniu, inúmeras, quantas e quantas propostas foram apresentadas, inúmeras. Mas valeu a pena, e como valeu, não é, Eduardo? Pois havemos de nos orgulhar do Superior, a exemplo de Eduardo, que do Tribunal sempre se orgulhou, haja vista seus memoráveis pronunciamentos em inúmeros votos e farta doutrina a respeito do Tribunal, e o Superior há de ser, para que se aperfeiçoe e se complete de vez o sistema que originalmente defluía dos constituintes, há

de ser o que é, por exemplo, la Cour de cassation française, isto é, “la clef de voûte de l’ordre judiciaire”.

O Superior Tribunal, que ele ajudou a criar, vai sentir saudades de Eduardo por ser um de seus mais ilustres juízes. A sua atividade judicante, principalmente no que diz respeito aos feitos cometidos à 2ª Seção, foi tão intensa, tão marcante e tão brilhante, que julgados de sua relatoria, em casos líderes, deram nascimento a súmulas na própria Seção e nesta Corte Especial, por exemplo, a da cumulação das indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato, a nº 37, a da incidência da correção monetária sobre dívida por ato ilícito, a nº 43, a da falta de registro do compromisso de compra e venda, a nº 76, a da prescrição da ação de perdas e danos pelo uso de marca comercial, a nº 143, a dos serviços prestados à massa falida, a nº 219, a do direito à adjudicação compulsória, aprovada, na quarta-feira última, pela sua 2ª Seção.

Gomes de Barros, que o conhece desde quando, deixando Belo Horizonte em 1962, Eduardo se mudou para Brasília, dizia-me, tal o pleno e geral reconhecimento das qualidades de magistrado do inexcusável Juiz Substituto de 1966, que, se houvesse eleição para desembargador, pelo voto direto dos advogados, Eduardo teria bem mais cedo chegado ao cargo. Na Turma a que sempre pertencemos, Eduardo, Zveiter e eu, Waldemar, em seus votos, sempre se refere a Eduardo como o bom e perfeito magistrado. Lá na 3ª Turma, na homenagem que recentemente lhe foi prestada, Carlos Alberto anotou, com propriedade, que Eduardo, em seus pronunciamentos, sempre soube corrigir as insuficiências da lei, adequando-as ao seu objetivo social. De certa feita, Eduardo invocava, para solucionar tormentosa pendência, o que reza o art. 5º da Lei de Introdução, e eu, lá da minha cadeira, lembrava a orientação de Dorotéia ao seu senhor, como a expressou Cervantes: “Tu vasalla soy, pero no tu esclava”. Ora, é o juiz quem faz o direito, a lei é o que juiz diz que ela é,

eis a missão e os ensinamentos do bom e excelente Juiz Eduardo. Na 2ª Seção, quarta-feira última, Sálvio de Figueiredo falou do magistrado exemplar que é Eduardo, juiz da atualidade, e o Subprocurador-Geral Francisco Adalberto Nóbrega observou que Eduardo sempre guardou a fé, a fé na justiça, que tão bem fez, faz e distribui. Era a recordação da palavra de Paulo na segunda epístola a Timóteo, a de que o apóstolo combatera o bom combate, terminara a sua carreira e guardara a fé. Quão feliz foi a lembrança.

Então, Sr. Presidente e Srs. Ministros, quem nos deixa é quem cedo ainda já reunia em torno de si aqueles requisitos anotados por filósofos clássicos para se julgar bem: a prudência, o raciocínio e a experiência. O texto filosófico é antigo, mas de perfeita atualidade conceitualmente.

Somos eternos sonhadores. Sonhamos com a justiça, porque sonhamos com a liberdade, somos juízes e advogados servidores da liberdade, e “a liberdade”, segundo o cavaleiro de Cervantes, “é um dos mais preciosos bens que os céus deram aos homens”.

Como advogado, sem deixar de ser juiz, Eduardo terá idênticas preocupações, mas doravante terá tempo para viajar mais, subir mais montanhas, nadar mais rios, ir a lugares onde nunca foi, assistir mais aos jogos do Atlético e do Gama e ouvir mais Beethoven, Mozart, Bach, etc.

Eduardo, receba os agradecimentos do Superior Tribunal e o abraço amigo de seus colegas. Seja feliz!